



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### COMISSÃO DE TRABALHO

#### PROJETO DE LEI Nº 2.379, DE 2022

Veda a contratação de vigilante como horista.

**Autor:** Deputado IGOR KANNÁRIO

**Relator:** Deputado CAPITÃO ALDEN

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.379, de 2022, de autoria do ilustre Deputado Igor Kannário tem como objetivo alterar a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para proibir a contratação de vigilante como horista.

Na justificação, o autor afirmou que a contratação de vigilantes pelo regime de jornada móvel variável (vigilante horista) produz diversos efeitos desfavoráveis sobre a categoria. Entre eles, destaca-se o fato de que *“fica difícil ou quase impossível que os trabalhadores possam se programar para outro trabalho”*, bem como que os *“trabalhadores terem de conviver com a permanente insegurança econômica, pois eles não sabem se no mês seguinte irão receber o equivalente a 220 horas de trabalho ou 50 ou 4”*.

Nesse contexto, ressalta que *“é preciso valorizar as condições de trabalho dos vigilantes, preservando a possibilidade de sua convivência familiar, tempo para lazer, dedicação aos estudos etc”*,





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

motivos pelos quais “a *fixação de jornada é um imperativo sem o qual se torna impossível qualquer racionalização do tempo existencial*”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD) e não possui apensos.

Nesta Comissão, ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Trabalho apreciar o mérito das proposições relativas ao “contrato individual de trabalho” e à “regulamentação do exercício das profissões”, nos termos do art. 32, inciso XVIII, alíneas “b” e “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei (PL) nº 2.379, de 2022, tem por objetivo proibir a contratação de vigilantes como empregados horistas. Trata-se de iniciativa legislativa meritória e oportuna, destinada a combater a precarização das condições de trabalho dessa importante categoria profissional.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Os profissionais de segurança privada, especialmente o vigilante supervisor e o vigilante, possuem um marco regulatório específico. A Lei nº 14.967, de 2024, que instituiu o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras e **revogou** a Lei nº 7.102, de 1983, estabeleceu um regime jurídico próprio para os profissionais de segurança privada, dispondo sobre a especificação dos diversos tipos de profissionais da área (art. 26), os requisitos para o exercício das profissões (art. 28), os direitos (art. 29) e os deveres (art. 30) desses profissionais.

O novo marco regulatório, no que se refere à jornada de trabalho, previu que as partes contratuais têm a faculdade de, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho, ajustar a jornada de trabalho de 12 (doze) horas seguidas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso (art. 29, § 4º). Entretanto, a nova Lei perdeu a oportunidade de solucionar o grave problema da contratação de vigilantes como empregado horista ou por meio de contrato de trabalho intermitente, ao não estabelecer previsão normativa expressa nesse sentido.

A contratação de vigilantes como empregado horista implica remuneração calculada por horas de trabalho, sem a especificação de uma jornada de trabalho fixa e previsível. Tal modalidade de contratação caracteriza-se como extremamente volátil, sendo que a variação da carga horária impacta diretamente a renda mensal do trabalhador vigilante. Dessa forma, um regime horista puro, com horários flutuantes, apresenta inadequação às características centrais do regime de trabalho do viligante.

De igual modo, o contrato intermitente foi concebido para atividades intrinsecamente descontínuas, nas quais não é possível, de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

forma prévia, a fixação de uma jornada laboral específica. No entanto, o serviço de vigilância, que visa à proteção de patrimônio e pessoas, constitui, em essência, atividade contínua, e, como decorrência disso, mostra-se incompatível com esse formato de contratação.

A contratação do vigilante por meio do trabalho intermitente ou como horista acarreta ainda uma série de desvantagens para a própria empresa de serviço de segurança privada. Um profissional horista tende a apresentar menor lealdade e comprometimento com a empresa. A rotatividade pode ser elevada, o que se mostra extremamente prejudicial para a segurança, atividade que depende de rotina, conhecimento do local e reconhecimento de pessoas e situações suspeitas.

A empresa contratante também encontrará dificuldades para garantir que todos os vigilantes horistas (que podem variar frequentemente) passem pelo mesmo treinamento específico do local, conheçam os procedimentos operacionais padrão e se comportem de forma uniforme em situações de emergência. Esses fatores podem representar aumento de custos no desempenho dessa atividade econômica.

A Lei nº 14.967, de 2024, que instituiu o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, revogou expressamente a Lei nº 7.102, de 1983. Considerando que o novo marco regulatório não encerrou a controvérsia sobre a jornada de trabalho dos vigilantes, apresentamos **Substitutivo** em anexo, para que as alterações sejam introduzidas na legislação atualmente em vigor sobre o tema.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

O Projeto de Lei nº 2.379, de 2022, representa importante avanço na proteção dos direitos trabalhistas dos vigilantes, categoria essencial para a segurança pública e privada. A proibição da contratação de empregado como horista ou por meio de contrato de trabalho intermitente promoverá maior estabilidade profissional e qualidade dos serviços prestados, beneficiando tanto os trabalhadores quanto as empresas do setor.

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.379, de 2022, na forma do **Substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN  
Relator





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

### **COMISSÃO DE TRABALHO**

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.379, DE 2022**

Acrescenta parágrafo ao art. 29 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras e dá outras providências, para vedar a contratação de vigilante por meio de contrato de trabalho intermitente ou como empregado horista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para dispor sobre a vedação da contratação de vigilante supervisor e vigilante por meio de contrato de trabalho intermitente ou como horista.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 29 .....

.....  
§ 5º É vedada a contratação de vigilante supervisor e de vigilante por meio de contrato de trabalho intermitente ou como empregado horista” (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN  
Relator

Apresentação: 11/09/2025 11:28:32.690 - CTRAB  
PRL 1 CTRAB => PL 2379/2022

PRL n.1

